



# Trans

Todas as pessoas têm um sentido profundamente enraizado de seu próprio gênero. Para algumas das pessoas, sua identidade de gênero corresponderá ao sexo registrado em sua certidão de nascimento. Mas, para outras, o sexo designado não corresponde a quem elas realmente são. Geralmente, referimo-nos a elas como pessoas trans ou transgêneras. As identidades trans podem também ter outros nomes, os quais muitas vezes possuem raízes históricas e culturais profundas, como hijra, terceiro gênero, dois-espíritos, travesti, fa'afafine, transpinay, transpinoy, muxe, waria e meti.

A identidade de gênero é diferente da orientação sexual (veja nota informativa [Perguntas Frequentes](#)). Pessoas trans podem ter distintas orientações sexuais, inclusive a heterossexual, a homossexual, a bissexual ou a assexual. Uma pessoa intersexo – isto é, alguém que nasce com características sexuais que não se encaixam nas noções binárias típicas de corpos masculinos ou femininos – também pode se identificar como trans.

Muitas pessoas trans desejam ter seu nome e seu gênero legalmente reconhecidos e registrados em documentos oficiais de identidade. Algumas também modificam sua aparência, incluindo o modo como se vestem, para afirmar ou expressar sua identidade de gênero. Algumas pessoas trans – embora não todas – passam por cirurgias de redesignação sexual e/ou hormonioterapias.

Pessoas trans em todas as partes do mundo enfrentam altos riscos de violência, assédio e discriminação. Violações a seus direitos humanos vão do bullying, abuso verbal e negação de acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e moradia até a criminalização, prisões e detenções arbitrárias, violência, agressão, tortura, estupro e assassinato. A exposição a esses e outros abusos correlatos pode ser potencializada por outros fatores, tais como idade, raça/etnia, ocupação, status socioeconômico e deficiências.

## Assassinato transfóbico, violência e tortura

Ao passo que a falta de dados oficiais por parte de autoridades nacionais dificulta a mensuração da verdadeira extensão da violência, relatórios indicam que milhares de pessoas trans são assassinadas ou seriamente feridas em ataques de ódio todos os anos. O projeto Trans Murder Monitoring documentou mais de 2.982 assassinatos em 72 países, entre 2008 e 2018, o equivalente a um homicídio transfóbico a cada dois dias. A Coalizão Nacional de Programas Anti-Violência registrou 27 mortes de pessoas trans nos EUA em 2017 – das quais 22 foram de mulheres trans negras ou latinas. As Nações Unidas têm monitorado ataques

brutais contra mulheres trans e contra pessoas trans privadas de liberdade.

Uma pesquisa conduzida pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia revelou que um terço das pessoas trans participantes já havia sofrido ataques ou ameaças de violência nos últimos cinco anos, com a maioria vivenciando esses incidentes várias vezes no ano. A pesquisa também demonstrou uma relação nítida entre atitudes negativas, discursos de ódio, violência e discriminação.

## Criminalização

Em pelo menos oito países, o “cross-dressing” é explicitamente

criminalizado. Em muitos outros, legislações com termos vagos são usadas para prender e perseguir pessoas trans. Muitas autoridades se recusam a reconhecer a identidade de gênero de pessoas trans e supõem que sejam gays ou lésbicas. Como resultado, pessoas trans frequentemente enfrentam prisões e assédio em países que criminalizam relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo, independentemente de sua orientação sexual real. Pessoas trans também podem ser presas ou assediadas com base em leis criminalizando profissionais do sexo.





## Discriminação

Pessoas trans vivenciam discriminação e estigma generalizados na área da saúde, nas escolas, no mercado de trabalho e nas políticas de habitação, bem como no acesso a banheiros. A discriminação por identidade de gênero é ilegal segundo o direito internacional dos direitos humanos. Pessoas trans vivenciam discriminação e estigma generalizados na área da saúde, nas escolas, no mercado de trabalho e nas políticas de habitação, bem como no acesso a banheiros. A discriminação por identidade de gênero é ilegal segundo o direito internacional dos direitos humanos.

## Reconhecimento da identidade de gênero

Todas as pessoas têm o direito de serem reconhecidas diante da lei. As Nações Unidas têm afirmado o direito das pessoas trans ao reconhecimento legal de sua identidade de gênero e à alteração de documentos oficiais, inclusive certidões de nascimento, sem serem submetidas a requisitos onerosos e abusivos.

Esse direito é violado em todas as regiões do mundo. Muitos países negam a pessoas trans qualquer possibilidade de obter reconhecimento legal de sua

identidade de gênero. Vários dos quais o permitem forçam pessoas trans a satisfazerem uma série de condições para o reconhecimento de sua identidade de gênero – incluindo esterilização, tratamentos ou cirurgias de redesignação sexual, diagnósticos psiquiátricos de desordem de identidade de gênero, divórcio e internação em instituições psiquiátricas. Na maioria dos países, menores de idade e pessoas não-binárias – aquelas que não se identificam nem como homens, nem como mulheres – não gozam de nenhum reconhecimento de sua identidade de gênero.

## Ser trans não é doença

Crianças e adultos trans são frequentemente rotulados como doentes ('patologizados') devido à sua identidade ou expressão de gênero. Pessoas trans não são doentes por definição; elas são parte da rica diversidade da natureza humana. Ser diferente não deveria ser tratado como um transtorno. Em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde formalmente desclassificou a identidade trans como transtorno mental. As Nações Unidas têm destacado que a patologização é uma das causas originárias das violações de direitos humanos enfrentadas por pessoas trans.

## Saúde

Algumas pessoas trans buscam procedimentos de afirmação do seu gênero, tais como intervenções cirúrgicas e tratamentos hormonais. Nem todas as pessoas trans têm interesse em passar por esses procedimentos, os quais nunca devem ser requisitos para o reconhecimento da identidade de gênero. Procedimentos de afirmação de gênero não estão disponíveis em inúmeros países. Onde são oferecidos, geralmente custam muito caro ou não são cobertos por seguros de saúde públicos ou privados.

Como resultado da violência, do estigma, da discriminação e da falta de acesso a serviços de saúde, pessoas trans apresentam níveis de saúde física e mental piores do que a população em geral. O preconceito e a falta de treinamento adequado por parte de profissionais da saúde contribuem para esse problema.





## PONTOS DE AÇÃO

### *Estados*

- 1** Registrar, investigar, processar e prover remédios adequados aos casos de violência, tortura e maus tratos contra pessoas trans e contra as pessoas que defendem seus direitos, bem como monitorar e reportar os níveis de violência motivada por ódio.
- 2** Prover treinamento a policiais, oficiais de justiça e assistentes sociais para que respondam às necessidades de pessoas trans sobreviventes de violência sexual e de outras formas de violência.
- 3** Incluir identidade e expressão de gênero como características protegidas por legislações contra crimes e discursos de ódio.
- 4** Reconhecer legalmente a identidade de gênero de pessoas trans em documentos oficiais, a partir de processos administrativos simples, baseados na autoidentificação e sem requisitos abusivos como diagnósticos médicos, esterilização, tratamentos ou divórcios forçados.
- 5** Assegurar acesso a serviços de saúde, incluindo procedimentos afirmativos de gênero para pessoas trans, sem estigma, discriminação ou requisitos abusivos.
- 6** Alterar classificações médicas nacionais que classificam identidades trans como uma doença.
- 7** Proteger crianças e jovens trans ou de gênero não-conforme da violência e discriminação, bem como permitir o reconhecimento de sua identidade de gênero.
- 8** Adotar medidas específicas para respeitar a identidade de gênero de pessoas trans privadas de liberdade, bem como protegê-las da violência e da discriminação.
- 9** Treinar oficiais de polícia, trabalhadores da saúde, professores, juízes, agentes penitenciários, funcionários de migração e outros profissionais sobre respeito e tratamento justo a pessoas trans.
- 10** Garantir que pessoas trans e suas organizações sejam consultadas e participem do desenvolvimento de pesquisas, legislações e políticas que afetem os seus direitos.





## *Mídia*

- 1** Incluir as vozes de pessoas trans nos jornais, na TV e no rádio.
- 2** Referir-se às pessoas trans e às suas demandas por direitos de modo objetivo, balanceado e não discriminatório.
- 3** Não propagar estereótipos negativos e prejudiciais sobre pessoas trans.
- 4** Referir-se a pessoas trans por meio dos termos, pronomes, gêneros e nomes escolhidos por elas.
- 5** Não se referir a ou revelar que uma pessoa é trans sem seu consentimento.
- 6** Treinar jornalistas para que respeitem as pessoas trans.

## *Você, seus amigos e outras pessoas podem fazer a diferença*

- 1** Usar os termos, pronomes, gêneros e nomes escolhidos pelas pessoas, mesmo quando estiver falando sobre o passado delas. Se você não sabe qual pronome usar, não presuma: pergunte educadamente.
- 2** Não revelar que alguém é trans sem sua permissão.
- 3** Não perguntar a pessoas trans como são as suas genitálias nem por quais cirurgias elas passaram. Você não perguntaria isso a pessoas que não são trans, então não faça isso com pessoas trans.
- 4** Posicionar-se quando você ouvir uma linguagem ofensiva e estereótipos prejudiciais, mesmo quando pessoas trans não estiverem presentes.
- 5** Denunciar violência contra pessoas trans.
- 6** Escrever para as autoridades do governo e demande legislações que protejam os direitos humanos de pessoas trans.
- 7** Educar-se a respeito das experiências, questões e demandas de pessoas trans.

